

APRESENTAÇÃO

Caro cursista de redação, seja bem-vindo!

O Curso preparatório de Redação para o Vestibular de Gestão Pública, não poderia, se desconectar da disciplina Leitura e Produção de Textos, uma vez que as ações de ler e escrever devem paralelamente progredir na mesma proporção, tendo por objetivos a intenção de versar sobre um determinado assunto, visando sistematizar ideias e colocá-la num plano lógico ao processo redacional, o texto.

Revela-se que a composição de um texto coerente, é uma arte, a qual requer motivação, ou seja, uma espécie de energia psicológica que põe em movimento o organismo humano, em especial, aquele relativo ao desenvolvimento da inteligência, despertando assim as faculdades intelectuais de que são dotados os humanos. Logo, refletir sobre o processo leitor e escrevente tende a possibilitar o desenvolvimento de atividades práticas relacionadas ao ensinoaprendizagem concernente à leitura; análise, interpretação e produção textual.

As unidades constituídas e apresentadas como material básico de pesquisa, busca fornecer embasamento teórico e prático com vistas à concepção de conhecimento sobre o uso da Língua portuguesa voltada à prática da leitura e produção de texto, como faculdade de desenvolver um conjunto de ações relativas ao uso da linguagem como atividade social, em especial, a prática de redação como forma de expressar e externar conhecimento.

A proposta se constitui de **três unidades**, que tratam de questões teóricas e práticas relativas Língua Portuguesa, voltada à estrutura e articulação textual, como suporte do aprender a aprender e, praticar o processo de leitura, análise, interpretação e construção de texto, aplicada ao ensinoaprendizagem.

Espero que as leituras e atividades aqui propostas contribuam significativamente, no sentido de ajudá-los a enfrentar os desafios inerentes as composições redacionais, uma vez que, foram tomados como referência, teóricos que privilegiam o desenvolvimento de competências e habilidades à Leitura e produção de texto.

PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA

Curso: Curso Preparatório ao Vestibular em Gestão Educacional

Disciplina: Redação

Professor: Me. José Raimundo Carvalho

Carga Horária: 40h

I- EMENTA

Leitura, escrita, compreensão e interpretação de texto; Parágrafo: Estrutura. Coesão e Coerência, parágrafo, tema e aspectos lingüístico da norma culta.

II- OBJETIVO GERAL

Instrumentalizar técnico e intelectualmente o aluno para a leitura, interpretação, compreensão, análise crítica e produção textual no contexto da vida acadêmica, visando ampliar seu universo cultural e expressivo

III- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levar o aluno a identificar os elementos responsáveis pela textualidade como a estruturação, a coesão, a coerência, a clareza dos textos; e valorizar a leitura como fonte de conhecimento para construção de texto dissertativo, descritivo e narrativo;
- Orientar o aluno a efetivar uma leitura, analisando características e funções dos textos com a finalidade de aprimorar as habilidades de percepção das linguagens envolvidas na leitura e na escrita, tendo em vista a construção de textos dissertativos, narrativos e descritivos.
- Conduzir o aluno a ler e analisar intertextualmente, considerando os diversos estilos e gêneros discursivos com senso crítico para a produção e expressão de textos coerentes, concisos e claros, visando à ampliação e eficácia de seu vocabulário;

IV- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I – LEITURA E ESCRITA

- 1.1. A ação leitora e escrevente
- 1.2. Ler e conhecer
- 1.3. Passos para análise e interpretação de textos
- 1.4. A leitura
- 1.5. Como ler
- 1.6. Passos à leitura
- 1.7. A crítica
- 1.8. O trabalho da crítica do pensamento
- 1.9. O processo leitor e escrevente

UNIDADE II- TEXTO E TEXTUALIDADE

- 2.1. Conceito de texto
- 2.2. Funções da linguagem
- 2.3. O que é textualidade
- 2.4. Parágrafo no texto. Estrutura do parágrafo
- 2.5. Coesão
- 2.6. Coerência;
- 2.7. Fatores pragmáticos: intencionalidade; aceitabilidade; situacionabilidade; informatividade; intertextualidade;
- 2.8. Tipos de texto:

UNIDADE III- LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

- 3.1. Organização do texto e ideia central
- 3.2. Implícitos: pressupostos, inferência, subentendido, Polifonia, Intertexto
- 3.3. Argumento e ponto de vista

V- METODOLOGIA

O Procedimento metodológico predominará pela ocorrência de diálogo interativo, com vista à concepção da leitura e produção textual. Utilizar-se-á como recurso didático o processo de oficina, e será desenvolvido por meio de atividades como: Aulas expositivas e interativas; oficinas de leitura, análise e produção de textos dissertativos, descritivos e narrativos.

VI- RECURSOS

- Jornais; Revistas; Livros; Data show; Quadro Negro; Coletânea de textos, outros.

VII- AVALIAÇÃO

Avaliação ocorrerá de forma contínua relacionada ao desempenho: individual; em dupla e em grupos, através dos passos a seguir: leitura, interpretação e compreensão de textos dissertativos, descritivos, narrativos e outros como informativos, apelativos, fáticos, etc... , visando a criação e recriação textual falada ou escrita.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Caros cursista!

O objetivo da disciplina Redação ou Leitura e Produção de Textos no Curso Preparatório ao Vestibular, não se caracteriza somente pela preparação e favorecimento à disputa de uma vaga no Curso Superior de Gestão Pública, mas, discutir sobre a leitura, escrita, produção textual, tipos de textos, seus avanços, e estudar, não somente a palavra ou frase, mas também, as formas de manifestações e uso da linguagem na leitura e na escrita; como forma de atividade social em que o indivíduo, se desenvolve cognitiva, intelectual e socialmente, permitindo assim, sua inserção na sociedade como cidadão capaz de ler, escrever e refletir sobre o uso da linguagem, tanto em manifestação de ensinoaprendizagem, quanto no que diz respeito às ações sociais que envolvem os processos de análise, interpretação e produção textual, falada ou escrita, em que o cidadão cotidianamente participa.

Espera-se que as leituras propostas, contribuam significativamente, no sentido de ajudá-los a enfrentar os desafios concernentes ao ensinoaprendizagem da Língua Portuguesa, em especial a leitura e produção textual, assim como no fazer cotidiano em que se privilegia o desenvolvimento de competências e habilidades à Leitura e produção de texto, inerente a habilidade de comunicar-se socialmente.

UNIDADE

1 - LEITURA E ESCRITA

1.1. A ação leitora e escrevente

Em educação, um dos temas importantes atualmente, para o cidadão é a dificuldade que gira em torno do exercício da prática da leitura, e da escrita e da oralidade na construção textual, razão pela qual os textos abaixo apresentados têm como objetivo o reconhecimento dos eventuais problemas decorrentes da aquisição e uso da linguagem seja na fala ou na escrita. Haja vista que, o cidadão, leitor e escrevente que trabalha nas mais variadas situações da linguagem, deverá buscar atualizações constantes de acordo com as novas tecnologias, para que de posse de novos conhecimentos proporcione maneiras de desenvolver habilidades e de adequar-se diante de situações diversas que envolvam o uso da linguagem falada e escrita como interação social.

Kock (2009. p.19) em seu ponto de vista sobre a oralidade, infere que na situação discursiva, ao se fazer “um gesto em qualquer direção, os interlocutores compartilham (...) uma vasta gama de conhecimentos relativos à situação comunicativa”, um processo de construção textual com base na linguagem falada que, inseri-se em situações momentâneas. No entanto, a autora também, lança um alerta que “o texto falado, por sua vez, emerge no próprio momento da interação” constituindo-se assim, de características próprias tais quais: Necessita ser planejada no local em que se realiza; replanejada a cada novo ato de fala, mas, difere da linguagem escrita, pois são duas modalidades diferentes de uso da língua.

Em face desse posicionamento, apresenta-se o texto de Paulo Freire extraído do livro “A importância do ato de ler”, “coleção Polêmica do nosso tempo”, editora Cortez, juntamente com o texto desenvolvido por Hünne (1987, p.11) “O Ato de estudar” e o “ Trabalho da critica do pensamento” de Marilena Chaui, para a efetivação de uma leitura informativa e analítica, com vista à concepção de alguns passos a serem seguidos no decorrer do processo de conhecer e interpretar por meio da ação leitora e escrevente na produção de texto, no processo formativo intelectual e social.

1.2. Ler e conhecer.

A importância do ato de ler

Paulo Freire

Me parece indispensável, ao procurar falar de tal importância, dizer algo do momento mesmo em que me preparava para aqui estar hoje: dizer algo do processo em que me inseri enquanto ia escrevendo este texto que agora leio, processo que envolvia uma compreensão crítica do ato de ler que não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A concepção do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto. Ao escrever sobre a importância do ato de ler, eu me senti levado e até gostosamente - a “reler” momentos fundamentais de minha prática, guardados na memória, desde as experiências mais remotas de minha infância, de minha adolescência, de minha mocidade, em que a compreensão crítica da importância do ato de ler se veio em mim constituindo.

Ao ir escrevendo este texto, ia tomando distância dos diferentes momentos em que o ato de ler se veio dando na minha experiência existencial. Primeiro, a leitura do mundo, do pequeno mundo em que me movia; depois, a leitura da palavra que nem sempre, ao longo de minha escolarização, foi a leitura da “palavra mundo”.

A retomada da infância distante, buscando a compreensão do meu ato de ler o mundo particular em que me movia - e até onde não sou traído pela memória - me é absolutamente significativa. Neste esforço a que me vou entregando, re-crio, re-vivo no texto que escrevo, a experiência vivida no momento em que ainda não lia a palavra.

Me vejo então na casa mediana em que nasci, no Recife, rodeada de árvores, algumas delas como se fossem gente, tal a intimidade entre nós - à sua sombra brincava e em seus galhos mais dóceis à minha altura eu me experimentava em riscos menores que me preparavam para riscos e aventuras maiores.

A velha casa, seus quartos, seu corredor, seu sótão, seu terraço - o sítio das avencas de minha mãe - o quintal amplo em que se achava, tudo isso foi meu primeiro mundo. Nele engatinhei, balbuciei, me pus de pé, andei, falei. Na verdade, aquele mundo especial se dava em mim como o mundo de minha atividade perceptiva, por isso mesmo como o mundo de minhas primeiras leituras. Os “textos”, as “palavras”, as “letras” daquele contexto - em cuja percepção me experimentava e, quanto mais o fazia, mais aumentava a capacidade de perceber - se encarnavam numa série de coisas, de objetos, de sinais, cuja compreensão eu ia aprendendo no meu trato com eles, minhas relações com meus irmãos mais velhos e com meus pais. (...).

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 12a ed. São Paulo, Cortez, 1996.

1.3. Passos à análise e interpretação de textos.

O ato de estudar

(apresentação a partir do texto de Paulo Freire)

Paulo Freire, educador da atualidade, aponta a necessidade de se fazer uma prévia reflexão sobre o sentido do estudo. Segundo suas palavras:

“Toda bibliografia deve refletir uma intenção fundamental de quem a elabora: a de entender ou despertar o desejo de aprofundar os conhecimentos naqueles a quem se oferece a bibliografia.”

Se falta o ânimo de usar a bibliografia em quem a recebe, ou se a bibliografia, em si mesma, não foi capaz de desafiá-lo, se frustra a referida intenção fundamental. A relação bibliográfica, então permanece como um papel inútil, entre outros, perdido nas gavetas de um escritório.

Essa intenção fundamental de quem elabora a bibliografia exige dele um tríplice respeito: a quem se dirige a bibliografia, aos autores citados e a ele mesmo.

A sugestão de leitura de livros não é a copia dos títulos ao acaso. Quem sugere deve saber o que e por que sugere. Aqueles que recebem a relação bibliográfica, por sua vez, devem ter nela, não uma rota dogmática de leitura, mas

um desafio, desafio que vai se concretizando na medida em que vão estudando e não simplesmente lendo, por alto, os livros citados.

“Estudar, realmente, é um trabalho difícil. Exige, de quem a ele se propõe, uma posição crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a” .

Isto, infelizmente, é o que a educação “bancária” não estimula. Ao contrário, sua técnica reside, fundamentalmente, em matar nos educandos a curiosidade, o espírito investigador, sua criatividade. Sua “disciplina” é a disciplina para a ingenuidade frente ao texto, não para a indispensável criticidade.

Este procedimento ingênuo ao qual é submetido o educando, ao lado de outros fatores, pode explicar “as fugas do texto que os estudantes fazem, cuja leitura se torna puramente mecânica, enquanto, em imaginação, se voltam a outras situações. O que se lhes exige não é a compreensão do conteúdo, mas sua memorização.

Paulo Freire nos mostra que em vez do estudante tentar compreender o texto, ele toma como único desafio a sua memorização.

No entanto, prossegue o autor, no caso de uma visão crítica, se dá exatamente o contrário.

Paulo Freire, no seu texto *Consideração em Torno do Ato de Estudar*, nos chama a atenção para os seguintes itens indispensáveis ao ato de estudar:

- O estudante deve assumir o papel de sujeito do ato de estudar.
- O ato de estudar é uma atitude frente ao mundo.
- O estudo de um tema específico deve colocar o estudioso a par da bibliografia em questão.
- O ato de estudar depende de uma atitude de humildade face ao saber.
- O ato de estudar significa compreender e criticar.
- Estudar significa assumir "uma misteriosa relação dialógica com o autor do texto, cujo mediador é o tema!
- O ato de estudar, como reflexão crítica, exige do sujeito uma reflexão sobre o próprio significado de estudar.

1.4. A LEITURA

No texto de Paulo Freire não só é possível analisar a própria atitude face ao estudo, como também se pode estudar a relação com a leitura. Não nos diz Paulo Freire que o ato de ler só se realiza mediante um espaço de relação dialógica com o autor? Esta postura nos remete à questão do pensar. Todavia, na época atual, época dos meios de comunicação de massa, dos sistemas educacionais funcionalistas, de imediato não se consegue apreender claramente as dificuldades inerentes ao trabalho teórico. Mas o ato de ler, que é um ato de concentração, exige distanciamento e reflexão. É um ato que só se realiza mediante os procedimentos lógicos de análise, síntese, interpretação, juízo crítico.

Deste modo, só seguindo uma série de atividades preparatórias é que se consegue alcançar um nível de interpretação aprofundado do texto, onde afinal o sentido se manifesta.

1.5. COMO LER

Dizia um professor de filosofia: "a inteligência humana é lenta". Isto pode significar que passamos por um lento processo intelectual até vencermos os obstáculos pessoais e culturais e alcançarmos a exata compreensão de uma mensagem. Esta nem sempre se mostra de imediato no momento da comunicação. É necessário da nossa parte um espaço de tempo para que possamos decodificar e assimilar, o que foi revelado no texto.

Deste modo, se quisermos descobrir a mensagem de um texto, de modo abrangente, temos de nos submeter a uma séria disciplina de trabalho:

1.º — delimitar a unidade de leitura que pode ser um capítulo, uma seção ou até mesmo um grande parágrafo. O que caracteriza a unidade de leitura é a apresentação do sentido de modo global. Só após o entendimento dessa unidade é possível prosseguir na investigação de novas unidades de leitura;

2.º — ler repetidas vezes o mesmo texto para certificar-se do alcance da compreensão verdadeira do assunto em pauta, grifando as idéias principais de cada parágrafo; ao lado, na margem, escrevendo uma frase-resumo.

1.6. PASSOS À LEITURA

a) Leitura exploratória — é a fase em que se deve prestar atenção à diretriz do pensamento do autor. Neste primeiro contato, dependendo das motivações da leitura, o leitor poderá levantar outros elementos que possam esclarecer mais a leitura.

Nessa primeira leitura corrida não convém resumir nem sublinhar as idéias-chave. Todavia, é possível elaborar um modo sucinto, um esquema das grandes partes do texto, de preferência dos três momentos da relação: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão, que expressam a estrutura lógica do pensamento do autor. O esquema para visualizar o texto de modo global.

Poderá procurar dados sobre a vida e obra do autor, sobre o momento histórico que ele viveu, sobre as influências que recebeu e até mesmo se elucidar sobre o vocabulário que ele usa.

b) Leitura analítica — é a fase do exame do texto ou, como diz Paulo Freire, fase "da relação dialógica com o autor do texto, cujo mediador não é o texto considerado formalmente, mas o tema, ou os temas nele tratados".

Nesta etapa é necessário deixar o autor falar para tentar perceber *o quê* e *como* ele apresenta o assunto. Quando estamos atentos ao texto, geralmente surge na mente um conjunto de perguntas, cujas respostas revelam o sentido e o conteúdo da mensagem.

Exemplo de perguntas:

1. De que fala o texto?
2. Como está problematizado?
3. Qual o fio condutor da explanação?
4. Que tipo de raciocínio ele segue na argumentação?

Todavia, é necessário lembrar que a idéia central defendida pelo autor só pode tomar corpo associada a outras idéias que são chamadas de secundárias em relação à principal.

Mas como trabalhar nesta fase da leitura?

A partir de unidades bem determinadas (parágrafos), tendo sempre à frente o *tema-problema*, que é o fio condutor de todo o texto. Neste trabalho de análise o texto é subdividido refazendo toda a linha de raciocínio do autor. Para deixar às claras a idéia central e as idéias secundárias do texto é fundamental a técnica de sublinhar.

1 - Nunca sublinhar na primeira leitura.

2 - Só sublinhar as idéias principais e os pormenores significativos.

3 - Elaborar um código a fim de estabelecer sinais que indiquem o seu modo pessoal de apreender a leitura. Ex.: um sinal de interrogação face aos pontos obscuros do parágrafo; um retângulo para colocar em destaque as palavras-chave.

4 – Reconstruir o texto a partir das palavras sublinhadas em cada parágrafo.

A leitura analítica serve de base para a elaboração do resumo ou síntese do livro. Convém lembrar que o resumo não é uma redução de idéias apreendidas nos parágrafos, mas é fundamentalmente a síntese das idéias do pensamento do autor.

c) *Leitura interpretativa* — o ato de compreender se afirma no processo da interpretação, que afinal expressa a nossa capacidade de assimilação e crítica do texto.

Nessa nova etapa de interpretação já não mais estamos apreendendo apenas o fio condutor do raciocínio do autor como na leitura analítica.

Estamos nos posicionando face ao que ele diz. Para isso precisamos muitas vezes de outras fontes de consulta. Elas deverão servir para ampliar a nossa visão sobre o assunto e o autor e deste modo servir de instrumento de avaliação do texto.

Este momento de crítica, momento de muita ponderação, exige uma consciência dos nossos pressupostos de análise diante dos pressupostos do autor. Se não houver distinção provavelmente haverá interferência na compreensão dos fundamentos básicos da mensagem.

Também é possível se estabelecer critérios de julgamento, como originalidade, nova contribuição à exploração do assunto, coerência interna, etc. Todavia, esta postura considerada objetiva pode estar tão presa à diretriz de uma escola que pode até mesmo impedir a autocrítica e nos induzir a uma postura crítica inadequada em relação ao assunto e ao autor.

O esforço de autocrítica nos permite perceber os limites da certeza da nossa interpretação como também possibilita prestar maior atenção aos argumentos apresentados pelo autor. Deste modo, ficamos sensíveis à demonstração da verdade e o exercício da sua busca se torna o sentido do nosso estudo e trabalho acadêmicos.

d) Problematização — Para termos certeza da compreensão do que foi lido, nada mais indicativo do que o *levantamento dos problemas* do texto. Esse esforço nos faz rever todo o texto, dando-nos elementos para a reflexão pessoal e debate em grupo.

1.7. A Crítica

O que você entende por crítica? Repare que o ato de criticar é um juízo. Como criticar sem conhecer a matéria que está analisando? Criticar por criticar é um ato psicológico, mas não estritamente lógico. É o ato de se contrapor, mas, na maior parte das vezes, sem fundamentos por falta de exame. Como estabelecer a verdadeira correspondência entre os conceitos de um texto, se não se estabeleceu a ligação ou a separação entre os dados?

O ato de estudar é *um ato lógico*, que exige uma consciência e um domínio dos processos intelectuais próprios à abordagem dos problemas. De imediato, as coisas ou as idéias surgem numa unidade confusa, indiferenciada, sincrética, que exige uma postura de análise e síntese.

A *análise* é um processo de decomposição de um todo em partes, visando separar os elementos de uma realidade complexa que pode ser tanto um objeto individual ou uma idéia.

A análise não é apenas uma operação, é também um método, nesse sentido a análise é uma divisão, parte de um dado singular, para chegar aos princípios gerais.

A *síntese* é um processo de composição dos elementos visando chegar a uma totalidade. Mas também é um método que, partindo de um todo, estabelece ordem entre os elementos chegando às últimas consequências.

Embora a análise muitas vezes se oponha à síntese, elas devem em geral caminhar juntas, já que uma complementa a outra. Se só se usa a análise há o perigo de se perder a visão de conjunto. Se só se emprega a síntese, pode-se alcançar o nível de interpretação arbitrária.

Se o pensar não se identifica ao raciocinar porque sua extensão é mais ampla, todavia é impossível pensar sem se usar os procedimentos da razão. E só deste modo se pode argumentar, demonstrar e conseqüentemente criticar.

1.8. O Trabalho da Crítica do Pensamento

Marilena Chauí

Normalmente se imagina que a crítica permite opor um pensamento verdadeiro a um pensamento falso. Na verdade, a crítica não é isso. Não é um conjunto de conteúdos verdadeiros que se oporia a um conjunto de conteúdos falsos. A crítica é um trabalho intelectual com a finalidade de explicitar o conteúdo de um pensamento qualquer para encontrar o que está sendo silenciado por esse pensamento ou por esse discurso. O que interessa para a crítica não é o que está explicitamente pensado, explicitamente dito e que, muitas vezes nem sequer está sendo pensado de maneira consciente. Ou seja, a tarefa da crítica é fazer falar o silêncio, colocar em movimento um pensamento que possa desvendar todo o silêncio contido em outros pensamentos, em outros discursos.

Qual é a finalidade de fazer falar o silêncio, ou tornar explícito o implícito?

Essa finalidade é dupla.

Se quando explicito um pensamento ou um discurso, fazendo aparecer tudo aquilo que estava em silêncio, tudo aquilo que estava implícito, se, ao fazer isso, o pensamento ou o discurso que estou examinando se revela insustentável, se começa a desmanchar, se dissolver, se destruir à medida que vou explicitando tudo que nele havia, mas que ele não dizia, então a crítica encontrou algo muito preciso, encontrou a IDEOLOGIA. A ideologia é exatamente aquele tipo de discurso, aquele tipo de pensamento que contém um silêncio que, se for dito, destrói a coerência, a lógica da ideologia.

Mas esse trabalho crítico pode encontrar uma outra coisa também. É perfeitamente possível que, ao fazer falar o silêncio de um pensamento ou de um discurso ao explicitar o seu implícito, o que se revele para nós seja um pensamento ainda mais rico do que havíamos imaginado, ainda mais coerente do que havíamos imaginado, ainda mais importante do que havíamos imaginado, capaz de nos dar

pistas para pensar, caminhos novos, justamente porque pudemos perceber muito mais do que o que parecia à primeira vista estar contido nele. Nesse caso, a crítica encontrou um pensamento verdadeiro e, mais do que um pensamento verdadeiro, encontrou uma obra de pensamento propriamente dita. Ou seja, o que diferencia uma obra de pensamento de uma ideologia é o fato de que, na obra de pensamento, a descoberta de tudo o que estava silenciosamente contido nela, de tudo aquilo que nela pedia interpretação, de tudo aquilo que nela pedia revelação, explicitação, desdobramento, é aquilo que faz, no caso de uma ideologia, a destruição do próprio pensamento.

Assim, a tarefa da crítica não é trazer verdades para se opor a falsidade; mas realizar um trabalho interpretativo com relação a pensamentos e discursos dados, para explicitar o implícito ou fazer falar seu silêncio, de tal modo que a abertura de um novo campo de pensamento através da crítica revela a descoberta de uma obra de pensamento, enquanto a destruição da coerência e da lógica do que foi explicitado revela que descobrimos uma ideologia.

A crítica não é, portanto, um conjunto de conteúdos verdadeiros, mas uma forma de trabalhar. A forma de um trabalho intelectual, que é o trabalho filosófico por excelência. Nesse sentido, excluir a Filosofia de uma Universidade é, provavelmente, abolir o lugar privilegiado da realização da crítica. Obviamente, tem-se medo da crítica, pois se a crítica não traz conteúdos prévios, mas é descoberta de conteúdos escondidos, então ela é muito perigosa ...

MARILENA CHAUI — *O Papel da Filosofia na Universidade*. Cadernos SEAF, n.º1.

HUHNE, L. M. — *Metodologia científica: cadernos de textos e técnicas*. Rio de Janeiro, /agir, 1987.

1.9. O processo leitor, escrevente e a oralidade.

Se, pedirmos resposta a nós, ou, a outrem, sobre o que são as ações da oralidade, leitora e escrevente, certamente surgirá manifestações distintas na forma de expressão, uma vez que esses processos exigem do individuo ações recíprocas tal qual o diálogo, o trabalho compartilhado, as relações entre membros de um grupo ou de uma comunidade, isto porque, esse processo, se constitui numa atividade interativa afetando ou influenciando a condição em que se desenvolve o processo comunicativo.

Antunes (2005. p. 28) refere-se ao processo escrevente como uma atividade interativa e de intercambio verbal, o qual só tem sentido se houver a procura do agir com o outro, ou seja, quanto se tem um destinatário, alguém com que ou a quem se possa passar uma idéia ou uma informação sobre um pretexto, alegação ou razão. Assim, nos diz Antunes que, escrever, é uma atividade cooperativa entre dois ou mais sujeitos que agem conjuntamente para a interpretação de um sentido. E mais, deixa-nos claramente explicitado a dificuldade de se escrever sem saber para quem se dirige o texto e em que contexto é explícito ou implicitamente escrito. Pois não tem sentido uma escrita sem destinatário.

Vale ressaltar que esse processo não poderia estar isolado da oralidade. Pois, ela é nada mais do que, a transmissão do pensamento armazenado na memória humana e se caracteriza como a essência da comunicação interna e eficiente concebida pela memória auditiva e visual, em que a palavra (falada) tem uma função complementar, a da escrita (e posteriormente a dos meios eletrônicos) sendo utilizada basicamente na comunicação cotidiana entre as pessoas envolvendo esquemas imaginários de determinadas épocas e lugares, nas palavras de Pierre Lévy (2001, p. 23).

Por outro lado a leitura conduz ao conhecimento da verdade por testemunhar a oralidade através da palavra escrita, como atividade relevante entre os homens, em idiomas variados através dos símbolos. Logo, o ato de falar, tal como o de escrever é uma atividade extremamente textual e, como nos diz Koch (2009, p. 13) “o texto é um evento sociocomunicativo, que ganha existência dentro de um processo interacional. Um resultado de co-produção entre interlocutores, distinta, pela forma como se realiza entre o escrito e o falado.

UNIDADE

2 - TEXTO E TEXTUALIDADE

2.1. Conceito de texto

Geralmente, pessoas que não possuem o hábito da leitura como **atividade social**, julga, deduz, pondera, imagina ou pensa que um texto, é um conjunto de palavras escritas em papel, para serem lidas, recitadas, encenadas, etc... . No entanto, a esse conjunto de palavras, o homem dá um sentido mais amplo, mais abrangente, de maior dimensão.

O homem, em sua necessidade inerente de interagir com o outro e com a sociedade, inventou diversas formas de transmitir mensagens tendo em vista melhorar seu entendimento.

Nós nos comunicamos através de símbolos (aquilo que sugere ou substitui algo) convencionados, *cores, som, gestos, expressões fisionômicas, cartazes, filmes, e, também, códigos de linguagem escrita*. E tudo isso é texto.

Textum, vem do latim, que significa “teia”. Logo, escrever é tecer uma rede onde fios se solidarizam, de forma que cada um deles torne-se um elo indispensável, entrelaçando-se em sequência formando simplificadamente um conjunto de idéias imbuídas de significado, transmitidas de alguém para alguém e que não se restringe à linguagem escrita. É todo tipo de comunicação. É um tecido, numa teia bem trançada, nela, o leitor fica agradavelmente preso, pois uma idéia pede outra, uma ação leva à outra, e todos os parágrafos ou versos enroscam-se numa relação de dependência, como fios de um pano.

Ao chegarmos a determinado lugar ou local, e avistarmos uma placa com o desenho de um cigarro e uma tarja vermelha, entendemos, imediatamente, a mensagem sugerida pela figura. Essa figura padrão constitui um exemplo de texto não-verbal. Mas há outros, a vida é riquíssima deles. Estão em grandes quantidades e, sob os olhares das pessoas. São vistos nas placas de trânsito, em gestos convencionados que fazemos com as mãos... , assim, um texto não é necessariamente a palavra escrita e juntada umas as outras; mais especificamente “texto não é um aglomerado de frases”.

Por isso, não basta um aglomerado de letras, juntar palavras ao acaso, juntar frases feitas para termos um texto pronto. É preciso haver uma lógica interna, garantida por dois mecanismos que são a pedra no sapato de muita gente: coesão e coerência, as quais serão vistas mais adiante.

No sentido mais abrangente a definição de texto ou, produção textual é mais bem compreendida como um fenômeno de produção da linguagem sistemática de comunicar idéias ou sentimento através dos signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais, etc. e, caracteriza-se por aquilo que designa a palavra *texto* como um enunciado qualquer, oral ou escrito, longo ou breve, antigo ou moderno, que na visão de Guimarães (2000.14) concretiza-se numa cadeia sintagmática de extensão muito variável, podendo ser um enunciado único tanto quanto um segmento de grandes proporções.

Portanto, *texto* ou discurso evidencia-se como linguagem em uso através de uma frase, um diálogo, um provérbio, um verso, uma estrofe, um poema, um romance e outros que, quando limitados às fronteiras da linguagem verbal, escrita, imagética, musical, teatral, coreográfica e muitas outras, o texto ou discurso, é um processo que engloba as relações sintagmáticas de qualquer sistema de signo, produzindo a ocorrência linguística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal que tem um papel determinante na produção e recepção da linguagem.

O texto possui como papel determinante em sua produção e recepção uma série de fatores pragmáticos que contribuem para a construção de seu sentido e possibilita seu reconhecimento como um emprego normal do uso da língua como atividade social. Logo, são considerados elementos fundamentais do processo peculiar de atos comunicativos: as intenções do produtor; o jogo de imagens que cada um dos interlocutores fazem de si, do outro, e do outro com relação a si mesmo e ao tema do discurso; o espaço da perceptibilidade visual e acústica comum, a comunicação face a face, podendo ser pertinente numa situação e não ser em outra.

Desse modo é pertinente o contexto sociocultural em que se insere o discurso tanto na sua produção como em sua recepção, pois à medida que este é inserido, delimita o conhecimento partilhado pelos interlocutores, inclusive quando

as regras sócias interativas de comunicação como (variações de registro; tom de voz, postura, etiqueta sociocomunicativa) são elementos constituinte de seu sentido.

Vale ressaltar que contexto é, a relação entre o texto e a situação em que ele ocorre, ou seja, é o conjunto de circunstâncias em que a mensagem é produzida em determinado tempo e lugar de forma a permitir sua compreensão, ou, pela cultura do emissor e receptor, etc...

Vê-se então, que o texto ou discurso, de um lado, é nas palavras de Guimarães (2000.5) um sistema de linguagem hierarquizado de configurações estruturadas internas; de outro, como um objeto aberto, plural, dialogante, ligado ao contexto verbal e extra verbal em que se deduz seu significado global emergente das relações fonológicas, morfológicas, sintáticas semânticas e pragmáticas que estão na base do complexo sistema que é a linguagem em uso, na qual texto ou discurso é tomado como sinonímia, pois, se pode empregar um termo ou outro.

Pode-se inferir que o texto ou discurso se caracteriza por sua unidade formal, material, numa ocorrência linguística falada, escrita ou gestual de qualquer extensão, significado ou importância em que seus constituintes linguísticos devem se mostrar reconhecivelmente integrados de modo a permitir que seja percebido como um todo coeso. Assim, um texto será bem compreendido quando percebido pelo interlocutor sob três aspectos:

- a) O pragmático, que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacional e comunicativa em que se insere o discurso (conjunto de normas);
- b) O semântico conceitual em que depende sua coerência;
- c) O formal, que diz respeito a sua coesão.

O conceito de texto aqui entendido enquanto produção, criação, teoria ou faculdade de compreensão da linguagem falada, escrita, sinalizada, coloquial e outras, não pode ser vista como algo que se constrói individualmente, mas como uma prática social de determinada época, em determinada sociedade. Pois o homem, na comunicação, utiliza-se de sinais devidamente organizados, emitindo-os como mensagens em que se envolvem emissor e receptor. Vale ressaltar que qualquer mensagem precisa de um meio transmissor, o qual se pode chamar de

canal de comunicação e refere-se a um contexto ou uma situação em que estão envolvidos os elementos da comunicação.

Vale revelar que na linguagem coloquial, ou seja, na linguagem cotidiana entre os homens de sociedade diferenciada, usam-se as palavras conforme as situações ou contexto a que são inseridas ou se apresentam. Exemplo: “isso é um castelo de areia” uma expressão na qual pode estar inserida uma faculdade de agir denotativa ou conotativa. Denotativamente a expressão citada refere-se a uma construção feita na areia de uma praia qualquer, em forma de castelo; conotativamente apresenta-se como uma expressão que traduz o significado de uma ocorrência sem solidez ou de caracterizam como material de pouca resistência sujeito a mudança rápida ou, fácil de ser derrubado.

Temos, portanto, o seguinte:

- a) Denotação: é o uso do signo em seu sentido real;
- b) Conotação: é o uso do signo em sentido figurado, simbólico.

Para que seja cumprida a função social da linguagem em uso como processo sociocomunicativo, ou seja, para que um texto seja percebido como um todo há necessidade que as palavras tenham significado, ou seja, que cada palavra apresente um conceito. A essa combinação de conceito e palavra denomina-se signo. O signo linguístico une um elemento concreto, material, perceptível (um som ou letras impressas) chamado significante, a um elemento inteligível (o conceito) ou imagem mental, chamado significado. Portanto, pode-se tomar como exemplificação de significante e significado o fruto da abóbora que sozinho nada representa, é apenas uma imagem material, o significante, mas se nela “abóbora” for colocado: olhos, nariz e boca, passa a representar o dia das bruxas, do halloween, caracterizando assim o uso da linguagem como funções, ou papel a desempenhar pelo indivíduo ou instituição na transmissão ou recepção de mensagem, Logo:

Signo = significante + significado.

Significado = idéia ou conceito (inteligível)

2.2. Funções da linguagem

A linguagem em uso realiza diferentes ações, e conseqüentemente, também, efetiva a transmissão de informações, em que se tenta convencer o outro a fazer ou dizer algo. Isso evidencia que através da mensagem emitida assumi-se compromissos, ordena-se, pede-se, demonstra-se sentimentos, constrói-se representações mentais sobre nosso mundo, enfim, através da linguagem organiza-se a vida cotidiana sob diferentes aspectos, em diferentes espaços sociais, onde, ao transmitir-se uma mensagem, esta, sempre tem um objetivo. Logo esse objetivo leva a predominância de cada situação de comunicação que se apresenta auxiliando a melhor compreensão daquilo que foi dito.

Ressalta-se que as funções da linguagem estão centradas nos elementos da comunicação. Toda comunicação apresenta uma variedade de funções, mas elas se apresentam hierarquizadas, sendo uma dominante, de acordo com o enfoque que o destinador quer dar ou do efeito que quer causar no receptor. Para melhor compreensão das funções de linguagem, torna-se necessário identificar e conhecer os *elementos da comunicação*. São eles:

- a) **emissor** - emite, codifica a mensagem
- b) **receptor** - recebe, decodifica a mensagem
- c) **mensagem** - conteúdo transmitido pelo emissor
- d) **código** - conjunto de signos usado na transmissão e recepção da mensagem
- e) **referente** - contexto relacionado a emissor e receptor
- f) **canal** - meio pelo qual circula a mensagem

Os elementos de comunicação que demonstram ou manifestam as funções da linguagem mediante ações, procedimentos ou modo de atuar, são assim representados:

Função emotiva (ou expressiva)

Centralizada no emissor, revelando sua opinião, sua emoção. Nela prevalece a 1ª pessoa do singular, interjeições e exclamações. É a linguagem das biografias, memórias, poesias líricas e cartas de amor.

Função referencial (ou denotativa)

Centralizada no referente, quando o emissor procura oferecer informações da realidade. Objetiva, direta, denotativa, prevalecendo a 3ª pessoa do singular. Linguagem usada nas notícias de jornal e livros científicos.

Função apelativa (ou conativa)

Centraliza-se no receptor. O emissor procura influenciar o comportamento do receptor. Como o emissor se dirige ao receptor, é comum o uso de tu e você, ou o nome da pessoa, além dos vocativos e imperativo. Usada nos discursos, sermões e propagandas que se dirigem diretamente ao consumidor.

Função fática

Centralizada no canal, tendo como objetivo prolongar ou não o contato com o receptor, ou testar a eficiência do canal. Linguagem das falas telefônicas, saudações e similares.

Função poética

Centralizada na mensagem, revelando recursos imaginativos criados pelo emissor. Afetiva, sugestiva, conotativa, ela é metafórica. Valorizam-se as palavras, suas combinações. É a linguagem figurada apresentada em obras literárias, letras de música, em algumas propagandas etc.

Função metalingüística

Centralizada no código, usando a linguagem para falar dela mesma. A poesia que fala da poesia, da sua função e do poeta, um texto que comenta outro texto.

Principalmente os dicionários são repositórios de metalinguagem (linguagem que serve para descrever ou falar sobre outra linguagem natural ou artificial).

Obs.:

Em um mesmo texto podem aparecer várias funções da linguagem. O importante é saber qual a função predominante no texto, para então defini-lo.

2.3. O que é textualidade

É um conjunto de características que fazem com que um texto seja considerado como tal, e não apenas uma sequência de palavras e frases, ou seja, qualidade ou condição daquilo que é textual ou, fielmente reproduzido. Meaugrande e Dressler (1983) apontam sete fatores responsáveis pela textualidade de um discurso qualquer: a coesão e a coerência, que se relacionam com o material conceitual e linguístico do texto, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade, que tem a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo sociocomunicativo (ver mais adiante).

2.4. Parágrafo no texto

Texto extraído de: MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. São Paulo: Atlas, 2000.

Parágrafo é a unidade redacional que divide o texto em partes menores, cada uma responsável por um novo enfoque ou abordagem sobre o mesmo assunto que tem em vista atingir um objetivo. A gramática formal conceitua parágrafo como aquele que está marcado pela mudança de linha e de um afastamento da margem esquerda, mas sua finalidade vai além desses conceitos gramaticais. A compreensão do texto depende de uma estrutura organizacional adequada do parágrafo, pois o mesmo é resultado de um conjunto de idéias que se inter-relacionam naturalmente, espontaneamente, consistentemente.

A estrutura organizacional do texto deve-se primeiramente estabelecer uma idéia capaz de orientá-lo inteiramente, distribuindo-se em introdução, desenvolvimento e conclusão de forma adequada e assim atingir o objetivo desejado pelo autor. É importante destacar outros aspectos do texto, selecionar idéias relevantes e manifestar características de coerência, ou seja, o pensamento deve desenvolver-se de forma lógica, espontânea e natural. Finalmente, o texto deve ser claro e conciso, ou seja, sem excesso de pormenores, de explicações desnecessárias, sem repetição de idéias e palavras. É necessário que o próprio assunto do texto seja restrito proporcionando profundidade de forma a atrair a atenção do leitor,

O parágrafo é iniciado por uma idéia-núcleo apresentada de forma clara e concisa que encerra uma idéia básica, que constitui o tópico frasal. Este indica ao autor os limites das idéias que pode explicar no parágrafo. O elemento relacionador é opcional, mas geralmente presente a partir do segundo parágrafo, servindo de “ponte” entre o parágrafo em si e o tópico que o antecede.

Vale lembrar que o homem ao construir algo, um texto, por exemplo, procura ou deve fazê-lo seguindo de maneira a esmerar-se pela perfeição, pois, tratando-se de texto, deve construí-lo como um objeto aberto, plural, dialogante e ligado ao contexto verbal, estrutural entre o este e a situação em que ele ocorre.

Estrutura do parágrafo

A Estrutura do parágrafo é um processo em construção que deve ser organizado em partes, ou seja, o texto ao ser construído deve ser moldado em parágrafos, os quais deverão ser aumentados ou diminuídos. Isto é, variando de tamanho, de forma a alcançar o que nos diz Medeiros (2009) “a regra geral para determinar o tamanho é o bom senso”. A afinal o contexto é quem define o texto através do uso da linguagem.

O tamanho do parágrafo

Os parágrafos são moldáveis como a argila e, podem ser aumentados ou diminuídos, conforme o tipo de redação e o veículo de comunicação onde o texto vai ser divulgado. Se o escritor souber variar o tamanho dos parágrafos, dará colorido especial ao texto, captando a atenção do leitor, do começo ao fim. Em princípio, o parágrafo é mais longo que o período e menor que uma página impressa no livro, e a regra geral para determinar o tamanho é o bom senso.

Parágrafos curtos: próprios para textos pequenos, fabricados para leitores de pouca formação cultural. A exemplo: A notícia possui parágrafos curtos em colunas estreitas; artigos e editoriais costumam ter parágrafos mais longos. Revistas populares, livros didáticos destinados a alunos iniciantes, geralmente, apresentam parágrafos curtos.

Quando o parágrafo é muito longo, o escritor deve dividi-lo em parágrafos menores, seguindo critério claro e definido a fim de enfatizar uma idéia.

Parágrafos médios - comuns em revistas e livros didáticos destinados a um leitor de nível médio (2º grau). Cada parágrafo médio construído com três períodos que ocupam de 50 a 150 palavras. Em cada página de livro cabem cerca de três parágrafos médios.

Parágrafos longos - em geral, as obras científicas e acadêmicas possuem longos parágrafos, por três razões: os textos são grandes e consomem muitas páginas; as explicações são complexas e exigem várias idéias e especificações, ocupando mais espaço; os leitores possuem capacidade e fôlego para acompanhá-los.

Esse conjunto de características apresentadas na construção dos parágrafos, acompanhados da coesão e coerência, ajudam a fazer com que um texto não seja uma sequência de palavras e frases, dando condição àquilo que é textual, ou seja, fielmente reproduzido.

Se você até hoje detestou textos, talvez não tenha entendido que eles falam uns com os outros através, não somente da moldagem dos parágrafos, mas também de outros fatores. Bem, este é o princípio básico do sétimo fator, a intertextualidade: o conversar entre textos distintos, ou seja, qualquer discurso tem a ver com os fatores pragmáticos envolvidos no processo comunicativo. Fica assim entendido que os elementos que concorrem para a textualidade numa relação coerente entre as idéias, são:

Fatores semântico/formal (coesão e coerência);

Fatores pragmáticos (intencionalidade, aceitabilidade, situacionabilidade, informatividade e intertextualidade).

2.5. Coesão

A coesão de um texto depende muito da relação entre as orações que formam os períodos e os parágrafos. Os períodos compostos precisam ser relacionados por meio de conectivos adequados, se não quisermos torná-los incompreensíveis.

Para cada tipo de relação que se pretende estabelecer entre duas orações, existe uma conjunção que se adapta perfeitamente a ela. Por exemplo, a conjunção

mas só deve ser usada para estabelecer uma relação de oposição entre dois enunciados. Porém, se houver uma relação de adição ou idéia de concessão, a conjunção deverá ser outra.

Os Conectivos ou elementos de coesão são todas as palavras ou expressões que servem para estabelecer elos, para criar relações entre segmentos do discurso, tais como: então, portanto, já que, com efeito, porque, ora, mas, assim, daí, aí, dessa forma, isto é, embora e tantas outras.

Ao lado da coerência, a coesão é um requisito relevante para que sua redação seja clara, eficiente. A coesão textual pode conseguir-se mediante **quatro** procedimentos gramaticais elementares:

1. **Substituição** : quando uma palavra ou expressão substitui outras anteriores: O *Rui* foi ao cinema. **Ele** não gostou do filme.

2. **Reiteração** : quando se repetem formas no texto: «E um beijo?! E um beijo do seu filhinho?!» - Quando dará beijos o meu menino?! (Fialho de Almeida)

A reiteração pode ser lexical (“E um beijo”) ou semântica (“filhinho”/”menino”).

3. **Conjunção** : quando uma palavra, expressão ou oração se relaciona com outras antecedentes por meio de conectores gramaticais: O cão da Teresa desapareceu. *A partir daí*, não mais se sentiu segura.

A partir do momento em que o seu cão desapareceu, a Teresa não mais se sentiu segura.

4. **Concordância** : quando se obtém uma sequência gramaticalmente lógica, em que todos os elementos concordam entre si (tempos e modos verbais correlacionados; regências verbais corretas, gênero gramatical corretamente atribuído, coordenação e subordinação entre orações):

- Cheguei, vi e venci.

- *Primeiro* vou tomar banho, escovar os dentes, *depois* vou para a cama.

A coesão textual pode ser feita através de termos que *retomam palavras, expressões ou frases* já ditas anteriormente (“anáfora”) ou *antecipam* o que vai ser dito (“catáfora”).

A coesão por retomada ou antecipação pode ser feita por: pronomes, verbos, numerais, advérbios, substantivos, adjetivos.

A coesão por encadeamento pode ser feita por conexão ou por justaposição.

A coesão por conexão traz elementos que:

- a) fazem uma gradação na direção de uma conclusão: "até", "mesmo", "inclusive" etc;
- b) argumentam em direção a conclusões opostas: "caso contrário", "ou", "ou então", "quer... quer"; etc;
- c) ligam argumentos em favor de uma mesma conclusão: "e", "também", "ainda", "nem", "não só... mas também" etc;
- d) fazem comparação de superioridade, de inferioridade ou igualdade: "mais... do que", "menos... do que", "tanto... quanto", etc
- e) justificam ou explicam o que foi dito: "porque", "já que", "que", "pois" etc;
- f) introduzem uma conclusão: portanto, logo, por conseguinte, pois, etc;
- g) contrapõem argumentos: "mas", "porém", "todavia", "contudo", "entretanto", "no entanto", "embora", "ainda que" etc;
- h) indicam uma generalização do que já foi dito: "de fato", "aliás", "realmente", "também" etc;
- i) introduzem argumento decisivo: "aliás", "além disso", "ademais", "além de tudo" etc;
- j) trazem uma correção ou reforçam o conteúdo do já dito: "ou melhor", "ao contrário", "de fato", "isto é", "quer dizer", "ou seja", etc;
- l) trazem uma confirmação ou explicitação: "assim", "dessa maneira", "desse modo", etc;
- m) especificam ou exemplificam o que foi dito: "por exemplo", como, etc

2) Os elementos coesivos por justaposição estabelecem a seqüência do texto, ou seja:

- a) introduzem o tema ou indicam mudança de assunto: "a propósito", "por falar nisso", "mas voltando ao assunto" etc;

- b)** marcam a seqüência temporal: "cinco anos depois", "um pouco mais tarde", etc;
- c)** indicam a ordenação espacial: "à direita", "na frente", "atrás", etc;
- d)** indicam a ordem dos assuntos do texto: "primeiramente", "a seguir", "finalmente", etc;

Para analisar o papel da coesão na construção do sentido de um texto, é necessário a correlação entre os provérbios e os elementos coesivos respectivos, de modo a preencher as lacunas, de tal forma que haja coerência entre as duas partes que constituem um texto: ver o exemplo:

TEXTO: A LEI

A lei é um absurdo do começo ao fim. Primeiro, porque permite aos moradores da superquadra isolar uma área pública, não permitindo que os demais habitantes transitem por ali. Segundo, o projeto não repassa aos moradores o custo disso, ou seja, a responsabilidade pela coleta do lixo, pelos serviços de água e luz e pela instalação de telefones. Pelo contrário, a taxa de limpeza pública seria reduzida para os moradores. Além disso, a aprovação do texto foi obtida mediante emprego de argumentos falsos.

(Revista VEJA, julho /97)

ANÁLISE TEXTUAL:

Para que se possa analisar a existência de coesão textual é necessário que se tenha conhecimento sobre elementos coesivos do texto e conhecimento de mundo sobre texto e intertextualidade.

Koch (2009) nos remete a seu argumento de que é lícito concluir, portanto, que o termo texto pode ser tomado em duas acepções: texto em sentido lato designa toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano; em sentido estrito, consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma todo um significativo, independente de sua extensão.

Em sua contínua explanação a autora diz que a coesão pode ser descrita como um fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos

presentes na superfície textual encontram-se interligados, por meio de recursos, também linguísticos, formando sequência veiculadoras de sentido.

Com base no exposto, podem-se apresentar no texto abaixo alguns elementos que sinalizam para o fenômeno que se denomina coesão textual existentes na matéria veiculada pela Revista VEJA, em julho / 97.

Podem-se comprovar analisando o texto acima alguns mecanismos da coesão textual como em: **primeiro** e **segundo**, elementos coesivos demonstrativos que indicam a ordem dos argumentos; **ali** elemento coesivo pronominal demonstrativo de lugar que faz referência a área pública, anteriormente citada; **disso** referencial demonstrativo que retoma o que é considerado um absurdo dentro da lei; **ou seja** e *pelo contrário* são conectores que introduzem uma retificação, uma correção relacionada a nominalização **absurdo** dada a lei; **além disso** elemento que tem por função acrescentar mais um argumento ao que está sendo discutido; **texto** elemento coesivo de substituição que tem como referente a lei; **demais** conectivo referencial adverbial que remete a um referente secundário que são os moradores proibidos de transitar pela superquadra; **permitindo** e **transitem** elementos coesivos verbais que fazem referências ao deslocamento dos habitantes que não são os da superquadra.

Pela forma em que o texto *a lei* foi apresentado, percebe-se que a coesão pode estabelecer relações de sentido tornando-se responsável pela continuidade dos sentidos no texto como uma complexa rede de fatores de ordem linguística, cognitiva e interacional.

Elementos coesivos: primeiro, segundo, ali, disso, ou seja, pelo contrário, além disso, permitindo, transitem, demais, texto, projeto, absurdo.

2. 6. Coerência

A *coerência* resulta da configuração que assumem os conceitos e relações subjacentes à superfície textual. Ela é considerada o fator fundamental da textualidade, porque é responsável pelo sentido do texto. Envolve não só aspectos lógicos e semânticos, mas também cognitivos, na medida em que depende do partilhar de conhecimentos entre os interlocutores.

Antunes (2005. p.176) nos ensina que a coerência é uma propriedade ou peça comunicativa que tem a ver com o funcionamento do texto como meio de interação verbal e, não se pode avaliar a coerência de um texto se for levado em conta às formas como as palavras aparecem no texto. Logo, um discurso é aceito como coerente quando apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento de mundo do receptor.

Vale revelar que o sentido do texto é construído não somente pelo produtor como também pelo receptor, que precisa deter os conhecimentos necessários a sua interpretação. O produtor do discurso não ignora a participação do interlocutor e conta com ela. É fácil verificar que grande parte dos conhecimentos necessários à compreensão do texto não vem explícita, mas fica dependente da capacidade de pressuposição e inferência do receptor.

Assim, a coerência do texto deriva de sua lógica interna, resultante dos significados que sua rede de conceitos e relações põe em jogo, mas também, da compatibilidade entre essa rede conceitual, o mundo textual e o conhecimento de mundo daqueles que processam os discursos, daqueles que decodificam, compreendem e interpretam os significados das palavras. Isso equivale à compreensão de que um texto é coerente quando é possível sua interpretação.

Para que um texto seja coerente existem condições de interpretabilidade ligadas diretamente a ele, como o conhecimento e o uso adequado dos recursos léxicos e gramaticais da língua. Se alguém ouvisse ou lesse coisas como:

Exemplo:

a) Quem tem uma foto importada de 1000 cc, que custa US\$ 20.000, não vai expô-la ao trânsito de uma cidade como São Paulo. (Platão e Fiorin).

b) João venceu a luta, apesar de ser o mais forte dos lutadores. (Platão e Fiorin)

Um leitor experiente não hesitaria em classificá-las como incoerentes. No primeiro caso, houve o uso inadequado de uma palavra do léxico. Basta trocar a palavra **foto** pela palavra **moto** que o texto fica coerente. No segundo caso, houve uma falha gramatical. A conjunção **apesar de** não está adequada para unir as duas idéias expostas no texto. Se a substituirmos pela conjunção **pois** tudo volta a ficar bem, em uma outra versão como:

João venceu a luta, pois era o mais forte dos lutadores.

A coerência de um texto depende de fatores pragmáticos como a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade, e outros, como os elementos contextualizadores que são data, local, assinatura, elementos gráficos etc., envolvidos no processo sociocomunicativo. E também do conhecimento de mundo do leitor, Alguém que não possua conhecimento sobre um tema tratado terá mais dificuldades para entender a contextualização em que este se dá.

2.7. Os fatores pragmáticos da textualidade

a) **Intencionalidade** – concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa.

b) **Aceitabilidade** - refere-se à expectativa do receptor de que o conjunto de ocorrências com que se defronta seja um texto coerente, coeso, útil e relevante, capaz de levá-lo a adquirir conhecimentos ou cooperar com os objetivos do produtor.

c) Situacionalidade – diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre. É a adequação do texto à situação comunicativa.

d) Informatividade – diz respeito à medida na quais às ocorrências de um texto são esperadas ou não, conhecidas ou não, no plano conceitual e no formal.

e) Intertextualidade - concerne aos fatores que fazem à utilização de um texto dependente do conhecimento de outro (s) texto (s). A essa relação em que um texto pode ser produto de outro texto, Medeiros (2009.p. 123) denomina de “retomada constantes de textos anteriores.

Conforme, as sábias palavras de Platão e Fiorin:

“Com muita freqüência um texto retoma passagens de outro. Quando um texto de caráter científico cita outros textos, isto é feito de maneira explícita. O texto citado vem entre aspas e em nota indica-se o autor e o livro donde se extraiu a citação.

Platão e Fiorin (1985)

2.8. Tipos de textos

Basicamente existem três tipos de texto: Texto descritivo; narrativo e dissertativo. E, cada um possui características próprias de construção. No entanto, o texto envolve outras situações que revelam o papel primordial do emissor e receptor, conforme o que afirma Guimarães (2000) com predominância da perspectiva do emissor do discurso, segundo o grau de participação, o texto é classificado como objetivo e subjetivo.

Descrição

O texto descritivo é constituído pela explicação, com palavras, daquilo que se viu ou, observou. A descrição é estática, sem movimento, desprovida de ação. Na descrição o ser, o objeto ou ambiente são importantes, ocupando lugar de destaque na frase, o substantivo e o adjetivo.

O emissor capta e transmite a realidade através de seus sentidos, fazendo uso de recursos linguísticos, tal que o receptor os identifique. A caracterização é indispensável, por isso existe uma grande quantidade de adjetivos no texto.

O texto descritivo se apresenta de duas formas: denotativo e conotativo.

Descrição denotativa

Quando a linguagem representativa do objeto é objetiva, direta sem metáforas ou outras figuras literárias, chamamos de descrição denotativa. Na descrição denotativa as palavras são utilizadas no seu sentido real, único de acordo com a definição do dicionário.

Exemplo:

Sáimos do campus universitário às 14 horas com destino ao agreste pernambucano. À esquerda fica a reitoria e alguns pontos comerciais. À direita o término da construção de um novo centro tecnológico. Seguiremos pela BR-232 onde encontraremos várias formas de relevo e vegetação.

No início da viagem observamos uma típica agricultura de subsistência bem à margem da BR-232. Isso provavelmente facilitará o transporte desse cultivo a um grande centro de distribuição de alimentos a CEAGEPE.

Descrição conotativa

Em tal descrição as palavras são tomadas em sentido figurado, ricas em polivalência.

Exemplo:

João estava tão gordo que as pernas da cadeira estavam bambas do peso que carregava. Era notório o sofrimento daquele pobre objeto.

Hoje o sol amanheceu sorridente; brilhava incansável, no céu alegre, leve e repleto de nuvens brancas. Os pássaros felizes cantarolavam pelo ar.

Exemplo de um parágrafo descritivo

Título: Uma casa

Era uma casa comum, como tantas milhares que existem na cidade. Nada ali indicava com firmeza que vivia uma jogadora e leitora de cartas. Nada parecido com uma tenda de ciganos nem com um cômodo esotérico de adivinhadores do futuro presente e passado. A não ser um pano preso na parede maior da sala, estampada com cartas de um baralho desconhecido. O pano estava tão novo que até permitia aos narizes comuns sentirem o cheiro característicos sem uso. No canto esquerdo da sala, uma pequena mesa quadrada coberta com uma toalha branca e um jogo de cartas.

(Edson Gabriel Garcia)

Narração

Narrar é falar sobre os fatos. É contar. Consiste na elaboração de um texto inserindo episódios, acontecimentos.

A narração difere da descrição. A primeira é totalmente dinâmica, enquanto a segunda é estática e sem movimento. Os verbos são predominantes num texto narrativo.

O indispensável da ficção é a narrativa, respondendo os seus elementos a uma série de perguntas:

Quem participa nos acontecimentos? (personagens);

O que acontece? (enredo);

Onde e como acontece? (ambiente e situação dos fatos).

O texto narrativo é feito com base em alguns elementos:

O quê? - Fato narrado;

Quem? – personagem principal e o anti-herói;

Como? – o modo que os fatos aconteceram;

Quando? – o tempo dos acontecimentos;

Onde? – local onde se desenrolou o acontecimento;

Por quê? – a razão, motivo do fato;

Por isso: - a consequência dos fatos.

No texto narrativo, o fato é o ponto central da ação, sendo o verbo o elemento principal. É importante só uma ação centralizadora para envolver as personagens.

Exemplo de texto narrativo:

Toda a gente tinha achado estranha a maneira como o Capitão Rodrigo Camborá entrara na vida de Santa Fé. Um dia chegou a cavalo, vindo ninguém sabia de onde, com o chapéu de barbicacho puxado para a nuca, a bela cabeça de macho altivamente erguida e aquele seu olhar de gavião que irritava e ao mesmo tempo fascinava as pessoas. Devia andar lá pelo meio da casa dos trinta, montava num alazão, trazia bombachas claras, botas com chilenas de prata e o busto musculoso apertado num dólmã militar azul, com gola vermelha e botões de metal.

(Um certo capitão Rodrigo – Érico Veríssimo)

A relação verbal emissor – receptor efetiva-se por intermédio do que chamamos discurso. A narrativa se vale de tal recurso, efetivando o ponto de vista ou foco narrativo.

Quando o narrador participa dos acontecimentos diz-se que é narrador-personagem. Isto constitui o foco narrativo da 1ª pessoa.

Exemplo:

Parei para conversar com o meu compadre que há muito não falava. Eu notei uma tristeza no seu olhar e perguntei:

- Compadre por que tanta tristeza?

Ele me respondeu:

- Compadre minha senhora morreu há pouco tempo. Por isso, estou tão triste.

Há tanto tempo sem nos falarmos e justamente num momento tão triste nos encontramos. Terá sido o destino?

Obs: O narrador-observador é aquele que serve de intermediário entre o fato e o leitor. É o foco narrativo de 3ª pessoa.

Exemplo:

O jogo estava empatado e os torcedores pulavam e torciam sem parar. Os minutos finais eram decisivos, ambos precisavam da vitória, quando de repente o juiz apitou uma penalidade máxima.

O técnico chamou Neco para bater o pênalti, já que ele era considerado o melhor batedor do time.

Neco dirigiu-se até a marca do pênalti e bateu com grande perfeição. O goleiro não teve chance. O estádio quase veio abaixo de tanta alegria da torcida.

Aos quarenta e sete minutos do segundo tempo o juiz finalmente apontou para o centro do campo e encerrou a partida.

Formas de discurso

Discurso direto;

Discurso indireto;

Discurso indireto livre.

Discurso direto

É a produção exata daquilo que escutou ou leu de outra pessoa, nela podem-se enumerar algumas características do discurso direto:

- Emprego de verbos do tipo: afirmar, negar, perguntar, responder, entre outros;

- Usam-se os seguintes sinais de pontuação: dois-pontos, travessão e vírgula.

Exemplo:

O juiz disse:

- O réu é inocente.

Discurso indireto

É aquele reproduzido pelo narrador com suas próprias palavras, aquilo que escutou ou leu de outra pessoa. No discurso indireto eliminamos os sinais de pontuação e usamos conjunções: que, se, como, etc.

Exemplo:

O juiz disse que o réu era inocente.

Discurso indireto livre

É aquele em que o narrador reconstitui o que ouviu ou leu por conta própria, servindo-se de orações absolutas ou coordenadas sindéticas e assindéticas.

Exemplo:

Sinhá Vitória falou assim, mas Fabiano franziu a testa, achando a frase extravagante. Aves matarem bois e cavalos, que lembrança! Olhou a mulher, desconfiado, julgou que ela estivesse tresvariando”. (Graciliano Ramos).

Adaptado de Interpretação de textos, de José Emmanuel Barbosa Ferraz

UNIDADE

3 - LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Para ler e entender um texto é preciso atingir dois níveis de leitura: Informativa e de reconhecimento; Interpretativa.

A primeira deve ser feita cuidadosamente por ser o primeiro contato com o texto, extraindo-se informações e se preparando para a leitura interpretativa. Durante a interpretação grife palavras-chave, passagens importantes; tente ligar uma palavra à idéia-central de cada parágrafo.

A última fase de interpretação concentra-se nas perguntas e opções de respostas. Marque palavras com **não, exceto, respectivamente**, etc, pois fazem diferença na escolha adequada.

Retorne ao texto mesmo que pareça ser perda de tempo. Leia a frase anterior e posterior para ter idéia do sentido global proposto pelo autor.

3.1. Organização do texto e idéia central

Um texto para ser compreendido deve apresentar idéias seletas e organizadas, através dos parágrafos que é composto pela idéia central, argumentação e/ou desenvolvimento e a conclusão do texto. Pode-se, desenvolver um parágrafo de várias formas:

- a) Declaração inicial;
- b) Definição;
- c) Divisão;
- d) Alusão histórica.

Serve para dividir o texto em pontos menores, tendo em vista os diversos enfoques. Convencionalmente, o parágrafo é indicado através da mudança de linha e um espaçamento da margem esquerda.

Uma das partes bem distintas do parágrafo é o tópico frasal, ou seja, a idéia central extraída de maneira clara e resumida.

Atentando-se para a idéia principal de cada parágrafo, assegura-se um caminho que nos levará à compreensão do texto.

3.2. Implícitos: pressupostos, subtendido e inferência

É comum se constatar em dicionários a seguinte explicação: implícito é tudo aquilo que foi proposto, mas que não está expresso claramente; está contido numa proposição, mas não expresso formalmente; não se manifesta declarado, ou, está envolvido não de modo claro.

Fiorin (2003.p.181) utiliza-se de “pressupostos e subtendidos” para contextualizar sobre o implícito e o explícito, de modo a clarificar sobre as implicaturas de que trata o tema. Vejamos um trecho:

“A questão das implicaturas tenta explicar o problema dos conteúdos implícitos. (...) por exemplo, a dificuldade de estabelecer uma distinção nítida entre implicaturas generalizadas e implicaturas particulares (...) inspiradas no linguista francês Oswald Ducrot, a dizer que os conteúdos transmitidos pelos atos de fala podem ser explícitos e implícitos. Estes são as inferências e dividem-se em pressupostos e subentendidos.

Para que alguém perceba os conteúdos implícitos, eles precisam estar marcados, seja no enunciado, seja na situação de comunicação. Quando se toma o exemplo clássico *Pedro parou de fumar*, nota-se que há um conteúdo explícito, Pedro não fuma atualmente, e dois conteúdos implícitos, *Pedro fumava antes e que isso sirva de exemplo para você*. O primeiro exemplo é um pressuposto, pois é veiculado pelo enunciado, no qual se acha incontestavelmente inscrito. Um falante não poderia usar o verbo *parar*, se não quisesse veicular a informação de que um evento acontecia antes do momento da fala. Já o segundo conteúdo implícito é um subentendido, pois depende do contexto particular (por exemplo: o falante vem insistindo com o interlocutor para que ele pare de fumar).

O conteúdo explícito é denominado posto e é verdadeiro. Quando alguém diz minha mulher gastou este ano cem mil reais, o verdadeiro objeto do dizer não é *sou casado* (pressuposto), mas *Gastou este ano cem mil reais* (posto). (....)

Conceito de inferência

Em lógica, *inferência* é a passagem, através de regras válidas, do antecedente ao conseqüente (dedução daquilo que se segue naturalmente) de um argumento.

Franco (2007. p. 29) versa sobre inferência como “Diferente estocagem de informações, da leitura interpretativa ou da crítica literária” às quais se produz inferências sobre qualquer um dos elementos básicos do processo comunicativo, seja ele a fonte emissora; o processo em que a mensagem é decodificada e outros. Esse processo de decodificação.

A esse processo de dedução por raciocínio o autor compara ao de arqueologia, em que o analista “trabalha com vestígio”, “tal como um detetive” tirando partido do tratamento que dá as mensagens que manipula para inferir conhecimentos que ultrapassem os limites manifestados nas mensagens, as quais podem estar associadas a outros conteúdos.

Tal como um detetive, o analista trabalha com aquilo que considera de maior importância, ou seja, cuidadosamente coloca em evidências todos os fatos ou índices que possam denotar procedimentos mais ou menos complexo.

Nos termos colocados acima, produzir inferências é conferir relevância a análise de conteúdo uma vez que implica, pelo menos, em comparar algo validando o conteúdo analisado mediante relações entre as partes. É como nos diz Franco (2007. P. 30) toda análise de conteúdo implica na competência do investigador no que diz respeito ao maior ou menor conhecimento daquilo que é abordado, ou seja, o analista ao ler ou ouvir um discurso deve ser capaz de conciliar ou harmonizar o conteúdo com alguma ou, algumas teorias explicativas.

Polifonia

Em linguística, *polifonia* é, segundo Mikhail Bakhtin a presença de outros textos dentro de um texto, causada pela inserção do autor num contexto que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam. A polifonia é um fenômeno que não se confunde com *heterogeneidade enunciativa*, pois este é um fenômeno que diz respeito à possibilidade do desdobramento das vozes no texto, enquanto aquele é a multiplicidade de vozes, em que Bakhtin usa o conceito de

polifonia para definir a forma de um tipo de romance que se contrapõe ao romance monológico.

O texto abaixo serve de base às reflexões acerca desta temática.



O texto apresenta as linguagens escrita verbal e visual, apresentando um mínimo de coerência assegurada pelo sentido global, dependendo do interlocutor.

No texto, o produto anunciado, deixe a roupa macia e perfumada. Logo, a expressão "obra prima" na parte escrita (significa perfeita) e remete ao quadro de Da Vinci, "Mona Lisa" uma "obra prima).

A essa característica de um texto, dentro de outro texto, chama-se intertexto.

3.3. ARGUMENTAÇÃO E PONTO DE VISTA

A **argumentação** tem como objetivo levar um indivíduo ou grupo a aderir a determinada tese (defendida pelo argumentador, por motivo de familiarização ou até mesmo por próprio capricho). O texto argumentativo deve possuir uma clareza na transmissão de idéias (concisão), podendo tratar de temas, situações ou assuntos variados. É constituído por um primeiro parágrafo curto, que deixa a idéia clara, depois o desenvolvimento deve referir a opinião da pessoa que o escreve, com argumentos convincentes e verdadeiros, e com exemplos que exemplifique uma confiabilidade e persuasão. Deve também conter contra-argumentos, de forma a não permitir a meio da leitura que o leitor os faça. Por fim, deve ser concluído com um

parágrafo que responda ao primeiro parágrafo, ou simplesmente com a idéia-chave da opinião.

A argumentação surgiu em 427 a.C., na Grécia Antiga. Era denominada Retórica. Argumentar é a arte de convencer e persuadir.

A **persuasão** acontece pela gestão da relação, ou seja, quando se fala à emoção do ouvinte. Persuadir é construir algo no terreno das emoções.

A persuasão é parte da Argumentação que é a arte de convencer e persuadir. Persuadir se resume na virtude de saber se comunicar convencendo o leitor modificando seu pensar.

Argumentar é organizar idéias em função da expressão sobre um ponto de vista. De modo geral, nos arranjos e estratégias argumentativas há predominância de:

- a) Linguagem denotativa, objetiva, sem rodeios. Afinal o argumentador convence o leitor pela força dos argumentos, dispensando o valor conotativo das palavras, assim como o uso abusivo das figuras de linguagem;
- b) As vozes ao longo do texto: a voz do produtor do texto; as vozes introduzidas por ele através de citações ou referências, ora para afirmar sua posição, ora para refutá-las;
- c) Períodos compostos por subordinações, especialmente os que exigem relações de causa/consequência e concessão: Conjunções subordinativas causais (porque, que, pois, visto que, etc.); concessivas (embora, ainda que, se bem que, conquanto, etc.).

Em fim, a argumentação depende da análise, da capacidade de montagem do argumento, do raciocínio lógico. Quem argumenta, trabalha com fatos, dados, e testemunhos, os quais utiliza para sedimentar e solidificar o desenvolvimento de sua tese ou posição final. Quem argumenta, interage socialmente tendo como função principal influir no ponto de vista do outro.

3.4. OFICINA DE TEXTOS

Textos dissertativos

Título: O alto preço a ser pago pela escolha da liberdade

As estatísticas de enfarte começam a mudar, pendendo atualmente mais para o feminino do que para o masculino. O fato é lembrado pelo analista Alberto Goldin, autor de “Freud explica”, ao analisar as queixas da mulher que se sente sobrecarregada. A verdade para ele, porém, é que a vida está muito agressiva, para ambos os sexos, e de nada adiantam as lamúrias, já que “não se pode ser dependente depois de ter sido independente”:

- A escolha passa por elementos inconscientes, culturais. E uma vez que escolheram o seu caminho, as mulheres têm que bancá-lo.

Para a socióloga Moema Toscano, fundadora da primeira organização feminista no Rio, a mulher sempre paga um preço muito alto, qualquer que seja sua escolha. Ou o enfarte, ou a alienação, ou a solidão, ou até a regressão – esta “a pior de todas, por botar para fora todas as conquistas de décadas”.

(o globo)

Título: O namoro

O namoro pode ter início a partir de situações, geralmente, casuais, diferenciadas e que chamam a atenção. É o tom de voz, a forma de falar, o estilo pessoal, o olhar, algo que nos encanta, nos chama a atenção. São atributos percebidos na outra pessoa e que a partir desta percepção segue-se a aproximação progressiva. Nesta etapa percebem-se manifestações que variam desde o medo, dúvidas, excitações, euforia... Tudo porque existe o risco de ser rejeitado e isto ameaça o afeto que o indivíduo investiu no outro e que espera que retorne na forma de investimento.

(...)

Namorar é diferente de namorar, termo antigamente utilizado para designar o que hoje chama-se “ficar”, ou seja, situa-se no que referimos no início do processo

evolutivo do namoro. As pessoas sentem-se atraídas, aproximam-se, tocam-se, beijam-se, não necessariamente “transam”, mas também podem chegar a fazê-lo. Tudo no mais curto espaço de tempo possível (de horas de uma noite, por exemplo), sem assumir compromisso algum em relação ao outro; muitas vezes sem sequer saber o nome da outra pessoa: com o objetivo de apenas divertir-se, de distrair-se e de desenvolver a perícia de sentir. Ou seja, os sujeitos estão mais concentrados em si mesmos do que no outro e utilizam-se dele para tocar e atingir a si mesmo.

O namoro, por sua vez, caracteriza por um investimento afetivo de ambas as partes, uma em relação a outra. É formulado progressivamente, existe uma constância que pode levar a um relacionamento de interação e intimidade maior.

(Doris Helena Della Valentina)

Textos narrativos

O texto narrativo possui características que o identificam e diferem do dissertativo e do descritivo. Quem narra, expõe, conta, relata, registra, diz algo. A matéria-prima da narração é o fato. A narração tem sentido amplo. Nela predomina os verbos de ações e envolve personagens e sequências das ações em que estes participam. Esta pode se referir a um fato real ou imaginário.

O que?: O **fato** que é narrado;

Quem?: o **personagem**;

Como?: o modo como se desenrolou o fato;

Quando?: a época ou o momento (**tempo**)

Onde?: o lugar que ocorreu o fato (**espaço**)

Quem conta a história? : **o narrador**

Na narrativa, o autor conta o fato e as mudanças que foram ocorrendo e estabelece uma sequência de ações anteriores e posteriores entre os fatos que estão sendo relatados, fazendo com que esses elementos apareçam ao mesmo tempo, mas, os fatos, o personagem e o narrador sempre estão presente.

O namoro entre dois colegas

O tempo passou rapidamente. Logo, o relógio da catedral bateu treze horas. Marina tentou se atrasar um pouco, olhou bem nos olhos de Irineu e ele nos dela. E os olhares expressaram a vontade de não irem à aula, de ficarem ali sentados conversando o que planejaram. Mas logo a truminha toda começou a gritar que estava na hora, algumas amigas vieram para perto de Marina e não houve outro jeito. Irineu e Marina juntaram-se aos colegas e foram subindo em direção ao colégio, sempre próximo um dos outros. E o assunto do namoro surgiu, mas na boca dos colegas. E ganhou um adjetivo até certo ponto verdadeiro: namoro enrustido. Todos gozando, tirando sarro. Irineu e Marina ficaram muito vermelhos de raiva, o que confirmava o adjetivo. Mas, ao mesmo tempo, olhavam-se e sorriam disfarçadamente, mostrando que a brincadeira também os agradava. Raiva e alegria se misturam de um jeito divertido.

(Elias José)

Leia o texto abaixo extraído do livro de:

RICHE, Rosa Cuba. Oficina de texto: leitura e redação. Editora Saraiva. 1988.

Um Kara nas sombras da noite.

Depois de pular fora do carro, Miguel correu sem forçar muito. Ele sabia que Andrade jamais poderia alcançá-lo. Mesmo que fosse mais magro e mais jovem, Andrade nunca conseguiria alcançar um atleta como Miguel.

Certamente o policial já deveria ter dado um alerta pelo rádio do carro, e outras viaturas da polícia logo chegariam para cercar a área à sua procura. Por isso era necessário confundir ao máximo a sua própria pista.

Ele tinha fugido ladeira abaixo, para impedir que Andrade o perseguisse de carro. Entrou em um jardim, atravessou a lateral da casa até o quintal e pulou o muro de trás, passando para outra casa, que também atravessou. Estava agora na rua paralela àquelas onde tinha pulado para fora do carro. Agora era só correr ladeira acima, enquanto a polícia procurava por ele ladeira abaixo. No alto da ladeira, entrou no primeiro ônibus que parou.

Era a hora da saída do trabalho, e o ônibus estava lotado por pessoas cansadas, suadas, ansiosas para chegar em casa a tempo de assistir a novela das oito. Menino, como todos do Colégio Elite, Miguel estava pouco acostumado a andar de ônibus, mas, misturado aquela multidão de trabalhadores, bem podia passar por um *Office-boy* voltando para casa. O ônibus era a melhor maneira de se esconder da polícia.

(Pedro Bandeira)

ATIVIDADE 2

2.1. De acordo com o desenrolar narrativo há ocorrências de verbos de ação que formam o encadeamento dos fatos, destaque-os em ordem seqüencial e escreva-os nas linhas abaixo.

2.2. Releia a narrativa e conforme seu entendimento preencha corretamente os questionamentos a seguir:

a) Qual ó fato narrado? _____

b) Quantos e quais são os personagens? _____

c) Como aconteceu a ação? _____

d) Quando ocorreram os fatos? Onde? _____

Veja o exemplo abaixo.

Título: Retrato falado

(retirado do Livro Oficina de Texto: Leitura e Redação. RICHE, Cuba Rosa. 5ª Ed. Editora Saraiva. 1998.

Renato, Isabel e Cristiano são oradores de uma mesma cidade, têm quase a mesma idade, mas possuem características pessoais, físicas, psicológicas e sociais e preferências muito diferentes um dos outros. Leia a ficha com as informações sobre um deles.

FICHA DE DADOS (adaptada)

1. Quem é:

Nome: Renato de Araújo Carneiro

02. Características físicas

Idade: 10 anos; **Peso:** 361 quilos; **Altura:** 1, 37 m

03. Características sociais

Renda familiar: R\$: 1.500,00 mil (os gastos com Renato são de aproximadamente R\$: 400,00)

01. Características sociais

Presente que gostaria de dar para os pais: Um carro para o pai e uma maquina de costura para a mãe.

Mesada: Quando os pais têm dinheiro. Renato leva R\$ 3.00 por dia para a escola.

02. Características psicológicas:

Medo: de cachorro

Namorada: Fernanda

Se fosse bicho, que bicho seria: Tubarão (porque não morre de fome).

Pior castigo: Apanhar

03. Preferências:

Super-heroi que gostaria de ser: He man

Comida que mais gosta: Sopa com legumes

O que prefere ser quando crescer: cantor

Idolo: Zico

Aproveitamento das informações constantes na Ficha de dados, com vistas à construção de um parágrafo descritivo. (adaptado)

Renato tem 10 anos, pesa 31 kg e mede 1,37 m. Ele é **pobre**, a renda de sua família é de aproximadamente dois salários mínimos e os gastos com ele corresponde a vinte por cento. Se pudesse, gostaria de dar um carro de presente para o pai e uma máquina de costura para mãe. Ele gosta de sopa de legumes e detesta arroz-doce. O menino tem medo de cachorro e se fosse bicho, queria ser um tubarão. Para ele o pior castigo é apanhar. Seu maior ídolo é o Zico e, se fosse super-herói, gostaria de ser o He-Man. Quando crescer, deseja ser cantor.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

ANTUNES. Irandé Costa. Lutar com Palavras: coesão e coerência. - São Paulo : Parábola editorial , 2005.

_____. Lições de textos: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.

ARMENGAUD, Françoise. A Pragmática. Tradução. Marcos Marcionilo. - São Paulo : Parábola editorial , 2006.

BAGNO, Marcos. A norma oculta. Língua & poder na sociedade brasileira | São Paulo : Parábola Editorial. 2003. 7ª Ed. : setembro 2007.

CITELI, A. O Texto argumentativo. São Paulo: Scipione. 1994.

DE NÍCOLA, José. Português: ensino Médio- São Paulo: Scipione. 2003.

FIORIN, José Luiz, SAVOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: Leitura e Redação*. São Paulo: Ática, 2003.

FIORIN, José Luiz (org.) Introdução a Linguística: objetos teóricos. São Paulo. Contexto, 2003

FULGÊNCIO, Lúcia, LIBERATO, Yara Goulart. Como facilitar a leitura. São Paulo. Contexto, 2002.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2001

GUIMARÃES, Elisa. A Articulação do Texto. São Paulo: Ática, 2000.

HÜHNE, L. M. – Metodologia científica: cadernos de textos e técnicas. Rio de Janeiro, /agir, 1987.

KLEIMAN, Ângela B. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de letras, 1995.

KOCH, Ingedore Villaça. Ler e escrever ; Estratégias de produção Textual / Ingedore Villaça Koch, Vanda Maria Elias. – São Paulo : Contexto, 2009.

KOCH, Ingedore Villaça. *O texto e a construção dos Sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, Ingedore. *Coesão e coerência textual*. São Paulo: Ática, 2003.

KOCH, Ingedore Villaça. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência Textual. São Paulo. Contexto, 2001

KOCK, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 7 ed. São Paulo: Cortez, **2002**.

_____ **Desvendando os segredos do texto**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do Trabalho científico. São Paulo, 1987, p. 90-98.

LÉVI, Pierre, Ciberultura. São Paulo: Ed. 34, 1999. Reimpressão, 2001.

LUCKESI, Cipriano C. Filosofia da Educação. São Paulo: Cortez, 1992.

MARILENA CHAUI — *O Papel da Filosofia na Universidade*. Cadernos SEAF, n.º 1.

MARTINS, Dileta Silveira. ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. **Português Instrumental**: de acordo com as normas atuais da ABNT – 25ª Ed.- São Paulo: Atlas, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. *Português Instrumental*. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação Científica: A Prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2009.

RICHE, Rosa Cuba e Denise M. Souza. Oficina de textos: leitura e redação. Ed. Saraiva. 1998.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.